

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Última Hora

Class.: 108

Data: 02.04.85

Pg.: _____

Cinco mil garimpeiros nas mãos dos caiapós

Belém - O garimpo de Maria Bonita, no Pará, foi ocupado, ontem de manhã, por 200 guerreiros caiapós, que só permitirão o reinício dos trabalhos depois de um acordo com o presidente da Funai e representantes do DNPM, com a presença da imprensa. Embora na área haja cinco mil garimpeiros, ele não reagiram quando os índios, pintados para a guerra e armados de arcos, flechas, bordunas e espingardas, se instalaram na pista de pouso e declararam que os vãos estavam suspensos. Também aceitaram suspender os trabalhos de garimpagem.

Antes mesmo de saírem da aldeia de Gorotire rumo ao garimpo, que fica a 15 quilômetros de distância, separado apenas por uma serra os índios já haviam avisado o delegado da Funai em Belém que queriam sua presença na área. Ao chegarem ao "Maria Bonita", passaram novo aviso por rádio, estabelecendo as condições para aceitarem o reinício da garimpagem.

Querem que a Caixa Econômica Federal, a compradora única de ouro, pague os "royalties" da comunidade referentes

aos meses de fevereiro e março. Exigem, porém, que essa taxa - atualmente de 0,1% sobre as vendas brutas de ouro - seja elevada (embora sem fixar um valor, os índios reivindicariam um por cento, o mesmo valor do imposto único sobre minerais). Os caiapós querem também que seja reduzido o número de garimpeiros na área próxima à aldeia Gorotire, para a minimização dos problemas ecológicos, e a demarcação do limite leste da reserva, justamente onde estão funcionando os garimpos de "Maria Bonita" e "Tarzan", vinculados à Coordenadoria do Cumaru.

O delegado da Funai, Salomão Santos, e coordenador do Projeto Ouro do DNPM, José Moura Vilas-Boas, aguardaram durante todo o dia autorização de Brasília para viajarem para o garimpo. Mas acabaram transferindo a viagem para o dia seguinte. Em Brasília, representantes da caixa, do DNPM e da Funai discutiam o impasse. A CEF suspendeu o pagamento do "royalty" aos índios porque o presidente da Funai, Nelson Marabuto, recusou-se a assinar o termo aditivo ao convênio, já vencido.